

13 de Dezembro de 2022

Ano 4 n. 489

RESUMO DE

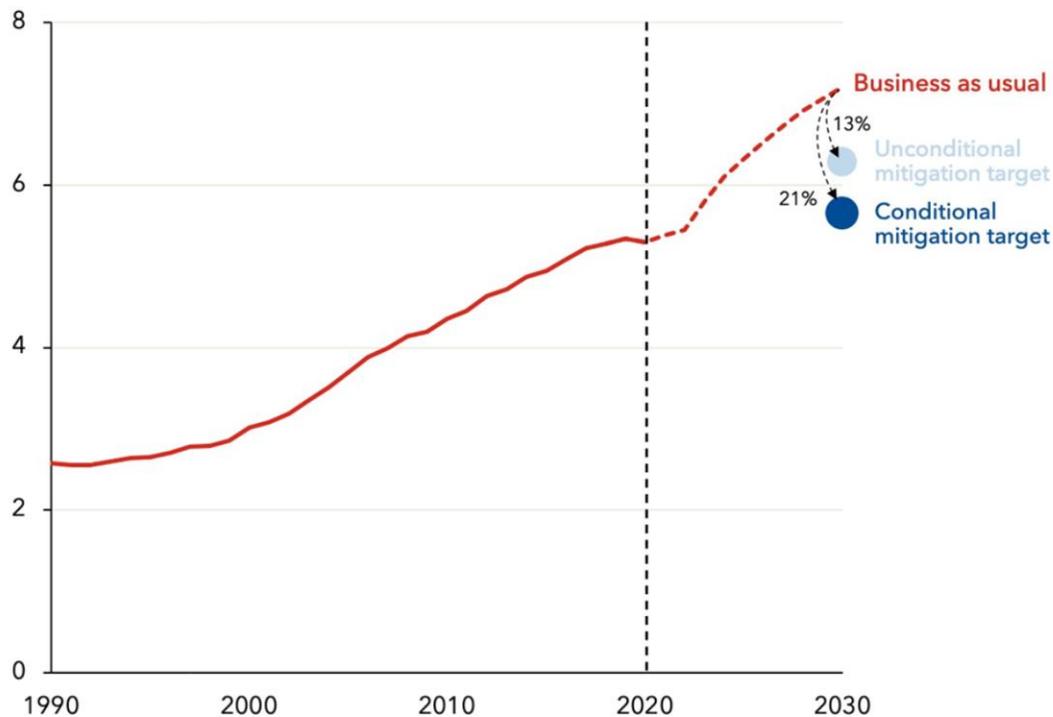
NOTÍCIAS ECONÔMICAS

Terça feira

Emission targets

Regional climate mitigation pledges seek to stem a rapidly rising trend in greenhouse gas emissions.

(Middle East and Central Asia GHG emissions, gigatons of CO₂ equivalent)



Source: EDGAR; UNFCCC; IMF staff calculations and projections.

Note: Unconditional mitigation target refers to commitments that rely on country's own resources. Conditional mitigation target refers to commitments that need external support. Targets are part of the NDCs by countries in Middle East and Central Asia.

IMF

***“Conformity is the jailer of freedom and
the enemy of growth”
John F. Kennedy***

13 DE DEZEMBRO DE 2022

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA:

| ECONOMISTAS APONTAM OS DESAFIOS DE HADDAD

| Haddad quer gestão com 'DNA libanês' para cortar gastos

| Orçamento prevê mínimo maior e mais recursos para área social

| Wellington Dias é cotado para o Planejamento

| Águas do Rio recebe 2º maior crédito do BNDES: R\$ 19,3 bilhões

| Encargos e tributos são metade do valor das contas de luz

| Em queda, IPCA fica em 0,41% em novembro

| Alimentos para a ceia de Natal têm alta de 15,61%

| Petróleo e dólar devem pesar no 4º tri das aéreas

| Majoria vê estabilidade ou alta para o Ibovespa

| Aliados querem recriação da Secretaria de Portos

O Estado de S. Paulo | 13.12.2022

ECONOMISTAS APONTAM OS DESAFIOS DE HADDAD

Confirmado pelo presidente eleito, Lula da Silva (PT), para ocupar o cargo de ministro de Fazenda, Fernando Haddad vai ter como principal desafio endereçar a questão fiscal, atuar na negociação da PEC da Transição e definir qual será a nova regra para as contas públicas, segundo avaliação de economistas, a leitura é a de que a confirmação do petista abre uma dúvida em relação ao rumo da política econômica que será conduzida pelo governo.

O texto da PEC da Transição, aprovado pelo Senado, tem uma série de exceções que dificultam saber qual será o real impacto fora do teto de gastos, calculado em R\$ 168 bilhões. A proposta ainda será analisada pela Câmara dos Deputados. “Um desafio de Haddad é coordenar melhor a PEC da Transição”, afirma Bráulio Borges, pesquisador associado do IBRE/FGV. “Essa PEC foi tocada muito mais pela ala política do novo governo do que pela equipe de transição. Está muito mal coordenada.”

O nó que Haddad também terá de desfazer na área fiscal passa ainda pela definição da nova regra para as contas públicas, que vai substituir o teto de gastos. O futuro ministro da Fazenda já disse que a nova âncora fiscal só será conhecida em 2023. “Para o ano que vem, há dois desafios simultâneos e um calendário complicado”, afirma José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator.

O Estado de S. Paulo | 13.12.2022

Haddad quer gestão com ‘DNA libanês’ para cortar gastos

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quer usar a sua gestão das finanças em São Paulo como modelo de controle de gastos e fala ainda em “DNA libanês”. Prefeito de São Paulo de 2013 a 2016, Haddad tem reforçado a interlocutores que sua gestão no comando da capital foi marcada não só pela concessão do grau de investimento pela agência de classificação de risco Fitch, mas pela redução da dívida, com caixa para investimentos, atuação do lado receitas, despesas e reestruturação das carreiras.

Em uma dessas conversas em Brasília, Haddad foi questionado se ele era “fiscalista” ou “desenvolvimentista”. A resposta foi rápida: “Sou libanês”. Seu pai, Khalil Haddad, emigrou aos 24 anos do Líbano para o Brasil, onde se estabeleceu como comerciante. A fala foi interpretada como um contraponto às críticas de que ele seria um ministro da Fazenda gastador – uma das preocupações de economistas do mercado financeiro em razão do aumento de gastos já contratado com a PEC da Transição, em tramitação no Congresso, cujo impacto pode ser de R\$ 168 bilhões em 2023.

Depois da confirmação do seu nome para o cargo, Haddad foi cobrado a participar da negociação na Câmara para reduzir esse impacto da PEC, incluindo a flexibilização para gastar R\$ 23 bilhões em investimentos fora do teto de gastos e as novas exceções incluídas no texto aprovado pelo Senado. Haddad foi poupado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva das negociações da PEC.

O Estado de S. Paulo | 13.12.2022

Orçamento prevê mínimo maior e mais recursos para área social

Relator do Orçamento de 2023, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) prevê R\$ 6,8 bilhões para aumento real do salário-mínimo (que passará a valer R\$ 1.302 no dia 1.º) e mais verbas para saúde, educação, ciência e programas sociais. O parecer conta com recursos da PEC da Transição, a ser votada na Câmara. Relator-geral do Orçamento de 2023, o senador Marcelo Castro apresentou o seu relatório com a previsão de R\$ 6,8 bilhões para o aumento real do salário-mínimo e mais verbas para ministérios como Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, além de reforço a programas sociais.

O parecer leva em conta os R\$ 168 bilhões extras previstos na PEC da Transição – que ainda precisa ser aprovada na Câmara. A expectativa de Castro é de que seu relatório seja votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira, e analisado em plenário na semana que vem – mas o relator já admite que a votação pode ficar para 2023.

Castro revisou os números do parecer final, como o reforço de verbas para a Educação, que caiu de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 10,8 bilhões, e para o Desenvolvimento

Regional, que foi R\$ 9,5 bilhões para R\$ 18,8 bilhões. O senador manteve o reforço de R\$ 22,7 bilhões para a Saúde e a previsão de recursos para o aumento real do salário-mínimo, cujo valor deve ficar em R\$ 1.320. O senador manteve os R\$ 75 bilhões a mais para o Ministério da Cidadania, que ficará responsável pela execução do novo Bolsa Família.

O Estado de S. Paulo | 13.12.2022

Wellington Dias é cotado para o Planejamento

Enquanto o economista Aloizio Mercadante está motivado para comandar o BNDES, para o Ministério do Planejamento está cotado Wellington Dias, ex-governador do Piauí e senador eleito. O economista Andre Lara Resende, porém, continua no páreo. Segundo um interlocutor do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, Resende “tem uma visão contemporânea e grande conhecimento” e terá espaço se quiser participar do novo governo.

A indicação para a Petrobras é considerada no governo de transição um dos problemas mais complexos, e o nome de Mercadante chegou a ser citado para o cargo. Mercadante afirmou desconhecer iniciativa no governo de transição de alterar a Lei das Estatais, o que abriria brecha para sua indicação ou a do senador Jean Paul Prates (PT-RN). A interlocutores, ele tem sinalizado preferência para o BNDES, alvo de estudos dele sobre a reindustrialização e incremento do crédito privado.

Mercadante era o nome mais forte para comandar o BNDES. Não se descarta, porém, uma vaga num ministério para ele, considerado uma espécie de “curinga” no xadrez político que Lula tenta fechar nos próximos dias. O nome para comandar o banco público, que terá relevância na política econômica do próximo governo, só será divulgado com a indicação do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic).

O Estado de S. Paulo | 13.12.2022

Águas do Rio recebe 2º maior crédito do BNDES: R\$ 19,3 bilhões

O BNDES aprovou financiamento de R\$ 19,3 bilhões para a Águas do Rio, concessionária controlada pela Aegea que opera os serviços de água e esgoto em dois dos quatro blocos concedidos no Estado do Rio.

O financiamento bilionário é o segundo maior da história do BNDES para projetos específicos, atrás apenas do empréstimo de R\$ 23,4 bilhões concedido em 2012 à Norte Energia, empresa que controla a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará – na lista dos dez maiores financiamentos do BNDES, aparecem três empréstimos à Petrobras, em 2009, que somam R\$ 25 bilhões, mas eles foram destinados a vários projetos do plano de investimento da petroleira entre 2009 e 2012.

O empréstimo integra os cerca de R\$ 39 bilhões que a empresa se comprometeu a investir ao vencer os leilões de abril do ano passado – R\$ 15,4 bilhões em taxas de outorga para o governo do Estado do Rio e para as prefeituras, mais R\$ 24,4 bilhões em obras. Em fato relevante para anunciar a operação, a Aegea informou que os recursos financiarão “parte” da outorga e dos investimentos.

O Estado de S. Paulo | 13.12.2022

Encargos e tributos são metade do valor das contas de luz

Estudo realizado pela consultoria PWC e pelo Instituto Acende Brasil mostra que, de cada R\$ 100 que o consumidor brasileiro paga em sua conta de luz, R\$ 46 são usados para bancar 11 encargos do setor elétrico e oito tributos federais, estaduais e municipais. A lista de cobranças é um dos principais fatores a puxar para cima o custo da energia, que poderá crescer devido a decisões políticas pelo Congresso.

O levantamento se baseou em dados de 45 empresas do setor elétrico brasileiro, as quais representam cerca de 70% do mercado de geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia no País. As informações consolidadas apontam que tributos e encargos setoriais recolhidos apenas por estas empresas analisadas chegaram, em 2021, a R\$ 106,1 bilhões, ante R\$ 95 bilhões recolhidos em 2020. Isso representa 46% da receita bruta operacional das empresas, que chegou a R\$ 230,7 bilhões.

Na prática, o cenário mostra que quase metade das contas não remuneraram os agentes do setor, mas é usada para outros fins, sem relação com o setor elétrico. Em 2020, essa participação chegou a ser de 49,1%. A queda no índice deve-se a uma redução da quota de rateio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que funciona como um fundo de subsídios ao setor elétrico.

Broadcast | 13.12.2022

Em queda, IPCA fica em 0,41% em novembro

Em novembro, a inflação oficial no País ficou em 0,41%, a menor taxa para o mês desde 2018, segundo os dados do IPCA divulgados pelo IBGE. Em outubro, a taxa foi de 0,59%. O resultado surpreendeu analistas do mercado, vindo no piso das estimativas, que iam de um avanço desde 0,41% a 0,65%, com mediana positiva de 0,54%.

A taxa em 12 meses desacelerou de 6,47% em outubro para 5,90% em novembro, ante uma meta de inflação de 3,5% perseguida pelo Banco Central, que tem teto de tolerância de 5% para 2022. O índice mostra que o percentual de itens com aumentos de preços passou de 68% em outubro para 59% em novembro, o menor desde agosto de 2020. Segundo Pedro Kislakov, gerente do do IBGE, as promoções da Black Friday contribuíram o para a redução no número de itens com aumentos de preços.

O impacto dos descontos da Black Friday foi confirmado pelo economista do banco Santander Daniel Karp. Para o IPCA de dezembro, Karp espera desaceleração, com impacto dos cortes dos preços dos combustíveis nas refinarias anunciados pela Petrobras, além de alívios nos preços de alimentos. O Santander elevou a projeção para o IPCA de 2022, de 5,5% para 5,8%, mas Karp ressalta que o viés é de baixa pelo corte recente nos combustíveis. A economista Tatiana Nogueira, da XP prevê alta de 5,8% no IPCA fechado de 2022.

Broadcast | 13.12.2022

Alimentos para a ceia de Natal têm alta de 15,61%

Os itens que compõem a ceia de Natal tiveram um aumento de preço de 15,61% neste ano em comparação com o mesmo período do ano passado, aponta a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomerciosp). A média do crescimento do valor dos alimentos e bebidas nos últimos 12 meses alcançou a marca de 8,05% acima da inflação oficial da Região Metropolitana de São Paulo. As informações se baseiam no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA15), do IBGE, e mostram que os itens sondados para dar de presente na data também vão deixar o Natal mais caro. O reajuste para estes produtos foi de 9,02%, com aumento real acima da inflação de 1,89%.

Entre os itens que mais subiram estão a cebola (137,74%), a batata inglesa (22,75%) e o ovo de galinha (19,79%). O azeite apresentou alta significativa, com 8,85% de aumento. O pescado registrou 6,24% de avanço. O frango inteiro teve elevação de 11,69%. Já as carnes tiveram avanço de 3,85% nos últimos 12 meses.

Ainda, o arroz e o tomate apresentaram queda de 1,89% e 27,41%, respectivamente. No entanto, itens que costumam fazer parte das chamadas “entradas” ou das sobremesas de Natal subiram consideravelmente. As frutas tiveram crescimento de 35,21%, e o queijo, de 13,92%; o preço do leite longa vida avançou 26,04%, e do pão francês, 19,48%. A Federação sugere que os consumidores pesquisem os preços com atenção e aproveitem as promoções em supermercados e feiras.

Reuters | 13.12.2022

Petróleo e dólar devem pesar no 4º tri das aéreas

A sazonalidade favorável do fim do ano para o setor aéreo não deve ser suficiente para garantir boa performance às companhias brasileiras no quarto trimestre. A combinação de dólar alto com petróleo também em alta pressiona as margens do setor e não dá espaço para apostas mais otimistas, apesar da retomada de capacidade vista ao longo do ano de Gol e Azul. Analistas têm uma postura cautelosa com relação ao setor e apontam ainda outros fatores. O valuation das empresas se mantém pouco atraente, e os múltiplos apresentam assimetria negativa, face aos riscos apresentados.

Entre as duas companhias, a Azul segue sendo a preferida, por ter uma forte concentração de rotas no território brasileiro. Com o dólar em alta, os destinos nacionais

devem ser os mais procurados pelos brasileiros nas viagens deste fim de ano e nas férias. Além disso, a Azul tem maior eficiência operacional, segundo analistas.

Broadcast | 13.12.2022

Maioria vê estabilidade ou alta para o Ibovespa

O Termômetro Broadcast Bolsa mostra que 50% dos participantes estimam que o Ibovespa fechará a próxima semana com alta e 33,33%, em estabilidade. Os que veem queda são 16,67%. Na última pesquisa, a expectativa de alta tinha fatia de 37,50%; de queda, também 37,50%; e 25,00% projetavam variação neutra.

O Termômetro busca captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do índice na semana seguinte. A próxima semana tem como destaque na agenda externa reuniões do Federal Reserve (banco central dos EUA) na quarta-feira, 14, enquanto Banco Central Europeu (BCE) e o Banco da Inglaterra se reúnem na quinta-feira, 15.

No Brasil, as atenções seguem na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, a ser votada pela Câmara até dia 15, além da retomada do julgamento da constitucionalidade do orçamento secreto pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na terça-feira, 13, o Banco Central divulga a ata do Comitê de Política Monetária (Copom).

Folha de São Paulo | 13.12.2022

Aliados querem recriação da Secretaria de Portos

Sob pressão de parte de aliados, em especial de parcela do MDB, o governo eleito ainda discute se manterá o Ministério da Infraestrutura no formato atual ou se irá recriar a Secretaria de Portos com status de ministério, em organograma que perdurou durante as gestões petistas. Hoje, a pasta congrega transportes terrestres, aviação e portos. Se desmembrar, não só o setor portuário como o de aviação pode ganhar uma pasta.

De acordo com integrantes do governo eleito, a solicitação para o desmembramento parte do grupo do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), que

quer o cargo da eventual Secretaria de Portos com status de ministério. Barbalho já ocupou esse posto em 2015 e 2016, durante o governo Dilma Rousseff.

A área, tradicionalmente cobiçada pela ligação com as companhias portuárias (Docas) federais, ganha mais relevância no momento em que se discute o futuro modelo de administração dos portos públicos. A gestão Bolsonaro iniciou o processo de privatização das Docas, começando pela Codesa, estatal que administrava os portos de Vitória e de Barra do Riacho no Espírito Santo. O plano era vender também a SPA, que gerencia o Porto de Santos, mas não houve tempo hábil para emplacar o leilão.

DICAS DE PORTUGUÊS - PARA NÃO ERRAR MAIS

O grama (medida) - A grama (capim)

O rádio (aparelho) - A rádio (estação)

O capital (patrimônio) - A capital (metrópole)



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO



*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – ADECE

Fone: (85) 3108.2700

www.adece.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

ATUALIZADO DIA 22.11.2022.

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
Ceará	1,45	2,09	-5,72	6,63	2,94
Brasil	1,78	1,22	-3,28	4,65	2,65

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
Ceará	155,90	163,58	166,91	192,31	209,84
Brasil	7.004,14	7.389,13	7.609,60	8.679,49	9.444,07

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,21	2,19	2,22	2,22
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 22/11/2022.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)									
REGIÃO/ANO	SET/18	JAN-DEZ/18	SET/19	JAN-DEZ/19	SET/20	JAN-DEZ/20	SET/21	JAN-DEZ/21	SET/22
Ceará	1,51	1,75	1,47	1,78	-5,33	-4,07	4,90	3,80	3,43
Nordeste	1,40	1,32	0,24	0,42	-4,71	-3,69	3,83	2,90	4,24
Brasil	1,18	1,31	0,96	1,06	-5,29	-4,04	6,06	4,63	2,93

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (ACUMULADO DE JAN A OUT)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (21 - 22) %
Exportações	1.878,86	1.935,10	1.583,74	2.221,96	2.029,32	-8,67
Importações	2.201,03	1.976,03	2.001,93	2.927,15	4.288,95	46,52
Saldo Comercial	-322,17	-40,93	-418,20	-705,19	-2.259,63	-220,43

Fonte: MDIC.

PRINCIPAIS ÍNDICES					
ATIVIDADE – CEARÁ	Variação Acumulada de Janeiro a Setembro				
	2018	2019	2020	2021	2022
Produção Física Industrial	0,6	1,4	-12,0	11,8	-3,7
Pesquisa Mensal de Serviços	-8,4	-0,8	-15,1	11,4	13,7
Pesquisa Mensal do Turismo	3,6	5,9	-44,0	15,8	47,5
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,7	-1,5	-9,2	-0,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	3,2	2,7	-8,4	10,5	2,3
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-3,4	11,1	4,5	24,2	-2,6

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ

INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.4	2022.1	2022.2	2022.3
População em idade de Trabalhar (a)	7.195 (100%)	7.297 (100%)	7.389 (100%)	7.467 (100%)	7.479 (100%)	7.540 (100%)	7.535 (100%)
Força de trabalho (mil) (b)	4.125 (57%)	4.227 (58%)	3.858 (52%)	3.961 (53%)	3.803 (51%)	3.984 (53%)	4.005 (53%)
Ocupada (mil) (c)	3.705	3.790	3.300	3.522	3.384	3.572	3.662
<i>Formal (mil)</i>	1.660	1.724	1.561	1.622	1.579	1.687	1.750
<i>Informal (mil)</i>	2.045	2.066	1.739	1.900	1.805	1.885	1.912
Desocupada (mil) (d)	420	437	558	439	419	412	343
Fora da Força de trabalho (mil) (e)	3.070 (43%)	3.070 (42%)	3.532 (48%)	3.505 (47%)	3.675 (49%)	3.556 (47%)	3.530 (47%)
Desalentados (mil) (f)	327	361	463	380	385	341	346
Taxa de desocupação (g=d/b) (%)	10,2	10,3	14,5	11,1	11,0	10,4	8,6
Nível de ocupação (h=c/a) (%)	51,5	51,9	44,7	47,2	45,2	47,4	48,6
Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, das pessoas ocupadas (R\$)	1.928	2.043	1.961	1.855	1.790	1.786	1.908

Fonte: IBGE (PNAD Contínua). Atualizado dia 17.11.2022.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS (ATÉ SETEMBRO/2022)

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021**	2022***
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.435.877	1.517.101	1.578.891
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.348.961	8.839.100	9.201.073
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.233.693	49.011.097	51.158.697
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,20	17,16	17,16
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,11	3,10	3,09
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,06	18,03	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: *O estoque de empregos 2020: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2020 (Novo Caged).

** O estoque de empregos 2021: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2021 (Novo Caged).

*** O estoque de empregos 2022: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2022 (Novo Caged).

POPULAÇÃO E EMPREGO/POPULAÇÃO (ATÉ SETEMBRO/2022)

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*
Ceará	8.904.459	8.963.663	9.020.460	9.075.649	9.132.078	9.187.103	9.240.580	9.293.112
Nordeste	56.551.115	56.907.538	57.245.734	56.752.244	57.063.084	57.374.243	57.667.842	57.951.331
Brasil	204.441.683	206.072.026	207.652.504	208.436.323	210.088.011	211.755.692	213.317.639	214.828.540
Ceará (%)	17,33	16,10	16,24	16,22	16,19	15,63	16,42	16,99
Nordeste (%)	15,74	14,82	14,92	15,24	14,98	14,55	15,33	15,88
Brasil (%)	23,51	22,35	22,29	22,37	22,24	21,83	22,98	23,81

Fonte: RAIS/ME, NOVO CAGED e IBGE.

Nota: * Dados sujeito a alterações.

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ

CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br

Movimentação do emprego formal – Ceará – 1996 – Setembro/2022.

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2022*	419.857	358.067	61.790
2021*	497.404	416.180	81.224
2020*	373.201	367.243	5.958
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.703.530	7.106.817	596.713
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			666.261

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN A OUT)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Abertura	60.237	73.095	73.968	94.551	92.918
Fechamento	67.510	26.764	22.811	32.335	41.909
Saldo	-7.273	46.331	51.157	62.216	51.009

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN A OUT)						
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	2022	Var (18 - 22) %
	14.566.356	15.093.577	12.993.844	18.095.370	14.440.571	-0,86

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN A JUN)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (18 - 22) %
Ceará	5.613.615	5.819.946	5.489.488	6.184.772	6.148.928	9,54

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

Núcleo de Inteligência ADECE/SEDET

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ
CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br



FECHAMENTO DE MERCADO

BOLSAS

IBOV
105.038,13

NASDAQ
11.097,39

DOW JONES
33.876,62

S&P 500
3.973,42

Nikkei 225
27.842,33

LSE LONDRES
7.626,00

MOEDAS

DÓLAR
R\$ 5,31

EURO
R\$ 5,59

GBP - USD
1,23

USD - JPY
137,75

EUR - USD
1,05

USD - CNY
6,98

BITCOIN
\$17.059,22

COMMODITIES

BRENT (US\$)
77,97

Prata (US\$)
23,51

Boi Gordo (US\$)
154,40

Trigo NY (US\$)
748,25

OURO (US\$)
1.792,50

Boi Gordo (R\$)
290,95

Soja NY (US\$)
1.463,12

Fe CFR (US\$)
110,48

INDICADORES DE MERCADO

US T-2Y
4,33

US T-5Y
3,72

US T-10Y
3,53

US T-20Y
3,76

US T-30Y
3,51

Risco Brasil - CDS 5 anos - USD
239,82

SELIC (%)
13,75

ECONOMIA CEARENSE

RCL - CE (2021)
25.170,81 Mi

INVES - CE (2021)
3.477,67 Mi

RCL - CE (OUT/2022)
24.488,20 Mi

INVES - CE (OUT/2022)
2.746,39 Mi

INFLAÇÃO

IPCA - Brasil - Acumulado em 12 meses (%)
5,90

IPCA - Fortaleza - Acumulado em 12 meses (%)
5,70